

# Relatório Tá de Pé 2020

*Análise da construção de obras de  
escolas e creches públicas  
financiadas pelo Governo Federal*



www.transparencia.org.br

**abril/2021**

**DIREÇÃO EXECUTIVA**

Manoel Galdino

**SUPERVISÃO E EDIÇÃO**

Juliana Sakai

**PESQUISA E REDAÇÃO**

Jonas Coelho

**FINANCIAMENTO**

**Tinker**  
Foundation



Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Mediante atribuição de crédito à organização autora, pode ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remixado e adaptado para qualquer fim, inclusive comercial (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).

## Introdução

Este relatório apresenta uma atualização das análises realizadas em [2017](#) e em [2018](#) pela Transparência Brasil sobre o estado de construção de obras de escolas e creches financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Assim como nos anos anteriores, foi possível identificar um considerável número de obras atrasadas ou paralisadas. Apesar de alguns problemas de transparência dos dados e das ações de controle indicadas anteriormente ainda persistirem, foi identificada uma melhora na prestação de contas em alguns aspectos.

Foram analisadas obras financiadas por dois programas federais: o Programa de Ações Articuladas (PAR) e o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). No total, **15.386 obras de creches e escolas** foram financiadas por ambos os programas **entre 2007 e 2020**. Até dezembro de 2020, quando os dados foram extraídos, essas obras tinham recebido **10,7 bilhões de reais** em financiamento federal, em valores ajustados pela inflação<sup>1</sup>.

## FNDE e SIMEC Obras

O FNDE é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação. Através do Fundo, diversos programas da educação em estados e municípios são financiados com verba federal. No caso do PAR e do Proinfância, um convênio é celebrado entre o FNDE e o governo local (estado e município), em que o FNDE pode arcar parcial ou integralmente com o custo financeiro de obras educacionais. O valor acertado no convênio é repassado pelo FNDE para a prefeitura ou governo do estado, que será responsável por executar o projeto.

Há diversos procedimentos que devem ser observados pelos entes subnacionais para obter o financiamento. Primeiramente, um plano de trabalho precisa ser apresentado e aprovado pelo FNDE. O órgão fornece projetos padronizados, apesar de também admitir que projetos próprios sejam apresentados pelos entes. Uma vez assinado o convênio, um técnico é encarregado pelas prefeituras ou estados de inserir informações no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) sobre o status da obra conforme ela avança. Para receber os repasses do convênio, é necessário

---

<sup>1</sup> Para valores de dezembro de 2019.



---

que o órgão conveniado faça o correto preenchimento dessas informações. Além disso, por se tratar de repasses federais, é importante observar que o não cumprimento de outras obrigações com órgãos da União também pode suspender os pagamentos.

Os projetos executivos do FNDE têm duração entre quatro e treze meses a depender do tipo do projeto adotado. Apesar de essa política ter uma aparente vantagem por permitir um número maior de entregas de creches e escolas, há uma desvantagem. A padronização dos projetos não leva em conta ajustes necessários a cada localidade específica, o que por vezes precisa ser financiado pelo governo local após a conclusão da obra.

Com base nas informações prestadas pelos conveniados, o FNDE disponibiliza acesso público no portal [SIMEC - Painel Obras](#). Nele, constam informações sobre repasses feitos, datas de assinatura do contrato, endereço da obra, entre diversos outros.

A presente análise utilizou os dados fornecidos neste portal para gerar os resultados apresentados. Também foram realizados pedidos de acesso a informação visando complementar dados ausentes em algumas obras, como a data prevista de conclusão. Como o FNDE financia diversos tipos de obras diferentes, foram selecionadas apenas aquelas referentes a construções de creches e escolas.

Apesar de dados relativos aos repasses não estarem presentes em formato aberto no arquivo csv disponibilizado, é possível obter essa informação, disponível na página de cada obra no SIMEC, a partir da raspagem (coleta automatizada de dados) das páginas individualmente. Os dados apresentados foram obtidos em dezembro de 2020.

## Transparência e prestação de contas

No primeiro relatório realizado pela Transparência Brasil em 2017 sobre o estado de obras e creches nos municípios brasileiros, foram identificados diversos pontos de melhoria possíveis no SIMEC Obras. Enquanto alguns dos problemas apontados permanecem, houve grande avanço em outros pontos.

O SIMEC Obras incorporou uma série de evoluções recentemente, em sintonia com as recomendações da Transparência Brasil em anos anteriores. Um dos pontos mais relevantes consiste na disponibilização de dados financeiros de forma individualizada por obra. Anteriormente, as informações eram

---

consolidadas por convênios que, em muitos casos, poderiam abranger mais de uma obra. Isso dificultava a análise dos repasses recebidos para cada obra e seu respectivo avanço, impactando na fiscalização dos gastos desses recursos.

A partir de 2018, no entanto, os dados financeiros foram disponibilizados exclusivamente por obra. Infelizmente, para algumas obras anteriores a 2018, o dado agregado por convênio manteve-se, sendo impossível distinguir quanto recurso foi gasto com cada obra. Apesar de a maior parte (70%) das obras desse grupo já estarem concluídas, é relevante para fins de transparência que o valor individualizado fosse adotado para as obras passadas também, visto que possibilitaria análises mais precisas do estado das obras ainda não concluídas.

Outras informações financeiras foram disponibilizadas, tais como notas fiscais da execução da obra e boletim de medição dos preços realizados. Todas essas informações permitem um controle social dos gastos públicos mais efetivo, além de serem detalhes para compreensão de eventuais atrasos ou paralisações nas obras.

Apesar disso, há ainda modificações que poderiam ser incorporadas para aprimorar a qualidade das informações prestadas aos cidadãos. A Transparência Brasil recomenda uma forma automatizada de identificar obras com atraso, informação que atualmente só pode ser obtida com cruzamento de diversos dados distintos. Apesar de o SIMEC indicar obras paralisadas, há diversos casos de obras não-paralisadas que já esgotaram o prazo de entrega.

Outra recomendação é que o FNDE disponibilize um dicionário de dados com o significado dos termos usados na base de dados, visando melhor compreensão dos dados apresentados. Tentativas de obter tal dicionário foram feitas no passado por meio de pedidos de acesso à informação, negados pela autarquia<sup>2</sup>. Embora a linguagem utilizada no Sistema seja clara para usuários experientes, a disponibilização de um dicionário possibilitaria que cidadãos sem conhecimento prévio também pudessem usufruir dos dados disponibilizados, ampliando o uso da ferramenta para controle social e da transparência propriamente dita.

Por fim, cumpre notar que o SIMEC ainda conta com algumas omissões de informações essenciais para alguns contratos, como endereço de obras, por exemplo. Das 5.203 obras ainda não concluídas ou não canceladas, **230 não**

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://goo.gl/4hnhxU> e <https://goo.gl/Pt5e8S>

---

**possuem endereço identificado no sistema.** Entretanto, nenhuma dessas 230 obras pertence a um convênio assinado depois de 2016. Desde o relatório inicial do Tá de Pé em 2017, o número de obras sem endereço reduziu drasticamente a cada ano, ao ponto de não ser mais existente nos convênios recentes. Ainda assim, convênios de anos anteriores permanecem sem o endereço registrado no sistema.

Além do endereço da obra, outra informação relevante omitida é o termo do convênio. O convênio é o instrumento utilizado pelo FNDE com a administração local para regular a transferência dos valores e as condições necessárias para que elas se concretizem. Identificar seu número é importante para justamente verificar se os termos da parceria estão sendo respeitados. Ainda assim, 276 obras de creches e escolas não têm essa informação disponível. Não é possível saber se essa ausência ocorria apenas em convênios mais antigos justamente porque a ausência do identificador do convênio impede identificar o ano da assinatura do acordo. Apesar de a maior parte consistir em obras canceladas ou ainda não iniciadas, há 72 obras já concluídas, como [uma escola no Rio de Janeiro](#) (RJ), cujo acordo pactuado com o FNDE foi de quase **três milhões de reais**.

## Metodologia

Para analisar os dados fornecidos de forma agregada, diversos ajustes tiveram que ser realizados na base. Primeiramente, como nem toda obra possuía um prazo oficial para ser encerrada, utilizou-se o cronograma padrão de cada projeto para calcular, a partir da assinatura do contrato, a data estimada de entrega. Esse cronograma deve ser observado pelos entes conveniados e representa uma estimativa fidedigna do prazo para conclusão da obra.

Em seguida, foi necessário classificar cada obra como atrasada ou não, segundo a data de coleta dos dados no portal do SIMEC (02 de dezembro de 2020). Obras cujo percentual de execução não estivesse em 100% mas cujo prazo de entrega fosse anterior a essa data eram automaticamente classificadas como atrasadas.

Paralelamente, foi necessário criar um método próprio de obtenção dos valores repassados. Apesar de essa informação constar no arquivo em csv disponibilizado pelo SIMEC, é possível notar que algumas obras não têm esses valores, apesar da informação constar no portal do SIMEC obras. Por esse

motivo, foi desenvolvido um *scraper* para coletar a informação de cada página de cada obra, corrigindo a completude da base.

Conforme já exposto, convênios que englobam mais de uma obra às vezes apresentam valores unificados ao invés de individuais. Em nossa análise, observamos que há 1.315 obras que se encaixam nessa categoria. Para obter uma estimativa adequada, foi utilizada a média do valor pago por obra segundo o total repassado para o convênio. Ou seja, um convênio com 5 obras que tenha recebido um total de R\$ 5 milhões de repasses terá cada uma de suas obras contabilizadas como se tivessem recebido R\$ 1 milhão.

Note-se ainda que não constam dados de repasses (NA) para mais de 3 mil obras – tanto na base de dados, quanto no portal – e em função disso os valores agregados estão subestimados. Dentre elas há uma parte cancelada, mas constam também obras concluídas e em execução. Não há explicações sobre a ausência desses dados, o que além de ferir a transparência, inviabiliza o controle.

Por meio de contato direto com o FNDE, obteve-se uma tabela com dados de obras canceladas, como quantias repassadas a entes subnacionais – informação que já consta no SIMEC –, mas também a informação de quem devolveu os repasses referentes às obras canceladas. Havia dado de repasses para 37 obras que no site do SIMEC e nos CSV disponibilizado no portal constava como NA. Os montantes dessas 37 obras foram incluídos na nossa base sem correção de inflação, já que não havia datas de pagamento. Os resultados estão apresentados a seguir.

## Raio-X das obras

Até dezembro de 2020, havia **15.386 obras de creches e escolas** cadastradas no SIMEC segundo os dados fornecidos pelo FNDE no SIMEC Obras. Essas obras receberam aproximadamente **R\$ 10,7 bilhões** apenas do governo federal, isto é, desconsiderando aportes feitos por prefeituras e estados. **Apenas metade (7.611) foi concluída.**

Quase 17% de todas as obras (2.573) foram canceladas e receberam investimento de **R\$ 513 milhões** do governo federal. Apesar da determinação de que esses repasses retornem à União após a obra ser cancelada, isso nem sempre ocorre. Dados do FNDE de apuração parcial a respeito da devolução de repasses para obras canceladas revelam uma taxa de **45% de inadimplência,**

---

dando um **prejuízo ao governo federal de R\$ 61 milhões**. Se essa taxa de inadimplência se mantiver para as demais 1.427 obras canceladas que não foram apuradas e que receberam mais de R\$ 364 milhões, o governo federal arcará com **prejuízo de mais R\$ 164 milhões**, chegando a um **total de R\$ 225 milhões** em repasses a obras canceladas que não voltaram ao governo federal e não se sabe como foram usados pelos entes subnacionais.

Soma-se a esse quadro **2.186 obras** que já custaram quase **R\$ 1,4 bilhão** ao governo federal e **encontravam-se paralisadas**.

Em relação ao cumprimento dos prazos de entrega, **2.604 obras** já deveriam ter sido concluídas. A maior parte dessas (1.689) encontra-se paralisada. Outras 58 obras sequer tiveram o início de sua construção registrado, mesmo com a data de entrega extrapolada. Entre as **2.464 obras** em execução, **857** já deveriam ter sido entregues.

A tabela 1 a seguir apresenta as obras de acordo com a situação que consta no SIMEC. O sistema classifica cada obra em etapas diversas, sem indicar o cumprimento de prazos ou não. Por esse motivo, a Transparência Brasil concebeu uma coluna própria do status de cada obra visando simplificar a compreensão dos dados fornecidos pelo FNDE. Os valores exibidos foram obtidos reajustando os repasses segundo o Índice de Preços no Consumidor (IPCA) de dezembro de 2019.

É possível observar uma quantidade considerável de obras paralisadas que já deveriam ter sido entregues, como é o caso da obra de uma [escola em Oeiras do Pará](#), PA, responsável por um repasse de mais de R\$ 3,5 milhões para o estado entre 2012 e 2014. Esse valor representa 90% do que foi pactuado com o FNDE e, ainda assim, a obra é apresentada no SIMEC apenas como **50% concluída**, mesmo com sua conclusão prevista para 2018. A maior parte das obras paralisadas que deviam ter sido entregues está registrada como “inacabada” no SIMEC, indicando que não há mais convênio vigente. Apesar da classificação do próprio sistema, não há registros de como o FNDE lida com esses casos para que as obras sejam retomadas e concluídas.

*Tabela 1. Distribuição por status*

Status <sup>3</sup>	Obras	% das obras	Valor repassado	% do valor	Entrega atrasada	Valor repassado a obras com entrega atrasada
em andamento	2.464	16%	R\$ 1.231.735.487	11%	857	R\$ 533.830.643
não iniciada	552	4%	R\$ 75.001.765	1%	58	R\$ 24.290.676
cancelada	2.573	17%	R\$ 513.023.978	4%	-	
concluída	7.611	49%	R\$ 7.601.393.742	71%	-	
paralisada	2.186	14%	R\$ 1.358.946.448	13%	1.689	R\$ 1.029.235.026
<b>Total</b>	<b>15.386</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 10.780.101.420</b>	<b>100%</b>	<b>2.604</b>	<b>R\$ 1.587.356.345</b>

## Obras paralisadas

A paralisação de obras de creches e escolas não apenas pode indicar uma ineficiência na gestão, mas também acarretar perdas financeiras para a administração pública. A grande proporção de obras atrasadas evidencia falhas na maneira como esses gastos estão sendo executados dentro do programa nacional de infraestrutura escolar.

A Transparência Brasil realizou anteriormente uma análise<sup>4</sup> de obras paralisadas e encontrou que entre as principais causas estavam a contratação de empresas sem condição financeira para concluir a obra, falhas no planejamento da contratação ou do projeto, deficiências na fiscalização das obras e atrasos nos repasses federais. O SIMEC disponibiliza uma coluna de observação em que aponta o motivo da paralisação para algumas obras. A tabela 2 traz a relação desses motivos.

<sup>3</sup> Classificação elaborada pela Transparência Brasil. Para uma comparação com a classificação oficial, ver anexo 4.

<sup>4</sup> Disponível em

[https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/18082018\\_relatorioOT.pdf](https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/18082018_relatorioOT.pdf)

**Tabela 2. Obras paralisadas por motivo**

Motivo	Obras	% das obras paralisadas	Valor repassado (R\$)	% do valor paralisado
Sem informação	1.019	46.60%	585.321.914	43.10%
Contrato Rescindido	323	14.80%	195.447.008	14.40%
Abandono da empresa	308	14.10%	211.541.949	15.60%
Outros	200	9.10%	146.944.338	10.80%
Irregularidades na gestão anterior	96	4.40%	57.799.022	4.30%
Medidas Administrativas do Estado/Município	59	2.70%	54.195.622	4.00%
Paralisação por falta de pagamento à empresa executora	52	2.40%	49.472.980	3.60%
Descumprimento de Contrato	52	2.40%	19.559.138	1.40%
Falha na execução de serviços	29	1.30%	10.861.874	0.80%
Atraso no Pagamento Construtora	25	1.10%	14.714.788	1.10%
Problemas de Infraestrutura	12	0.50%	4.465.481	0.30%
Embargos	9	0.40%	7.680.860	0.60%
Questões Climáticas	2	0.10%	941.474	0.10%
<b>Total</b>	<b>2.186</b>	<b>100%</b>	<b>1.358.946.448</b>	<b>100%</b>

Apesar de significativa parte (1.019) das obras paralisadas não contar com uma observação justificando a paralisação, ainda assim é possível traçar um panorama representativo. Abandono da empresa e rescisão do contrato figuram como as principais ocorrências em obras paralisadas, em linha com o descrito anteriormente.

Merecem especial atenção obras marcadas com “Irregularidades na gestão anterior”. Ainda que seja um número proporcionalmente pequeno diante da

---

amostra analisada, são obras que receberam mais de **R\$ 57 milhões** de investimento federal.

Essas obras paralisadas estão presentes em municípios de todos os estados brasileiros, embora com uma distribuição desigual. Das 2.186 obras paralisadas, **mais da metade está concentrada em 5 estados**: Maranhão, Pará, Bahia, Amazonas e Ceará. Embora o Maranhão figure como o estado com o maior número de obras paralisadas (350), apenas 5 dessas são geridas pelo estado, com as demais sob responsabilidade dos municípios. O Pará é o estado com o maior número de obras estaduais paralisadas, em um total de 33 creches e escolas. A figura 1 traz a relação completa do número de obras paralisadas em dezembro de 2020 por UF segundo a responsabilidade federativa de cada obra.

Como alguns estados possuem mais obras financiadas pelo FNDE do que outros, evidentemente o número de obras paralisadas também tende a ser maior. Por esse motivo, é relevante analisar os dados proporcionais de obras paralisadas, isto é, dentre as obras que ainda faltam ser entregues<sup>5</sup>, quantas estão paralisadas atualmente. Nessa análise, é possível notar que o estado de Roraima lidera na proporção de obras paralisadas, com mais de **80% das 25 obras** a serem concluídas estando paralisadas. O Pará apresenta um grave quadro não apenas pela alta proporção de obras paralisadas (60%), mas também pelo alto número absoluto de obras nessas condições. Os dados completos estão ilustrados na figura 2.

O Pará também se destaca pelo alto número de municípios com obras municipais paralisadas. Os três municípios com o maior número absoluto de obras paralisadas estão no estado: Breves, Curralinho e Chaves.

---

<sup>5</sup> Obras cujo contrato já foi assinado mas ainda não foram concluídas ou canceladas

**Figura 1. Obras paralisadas por UF**

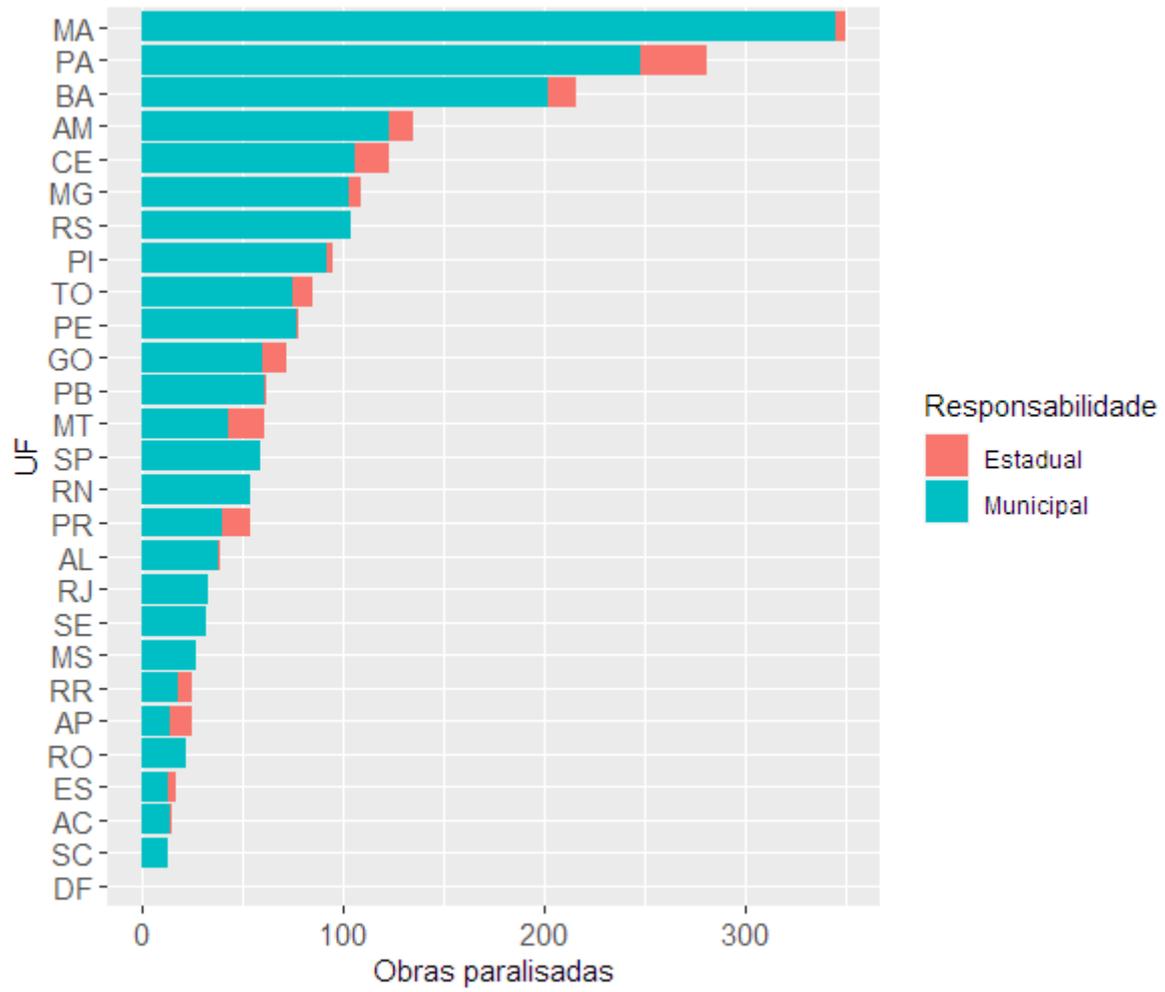
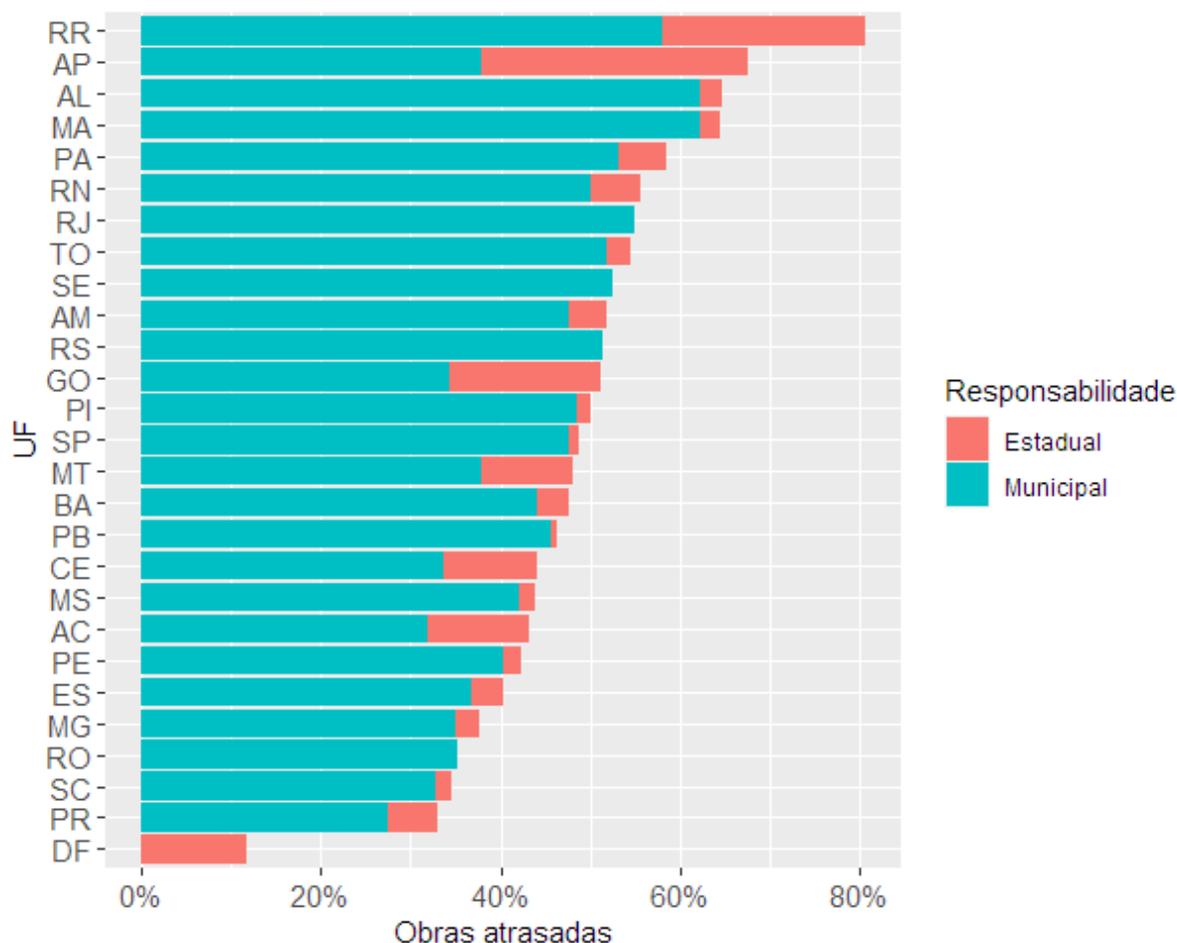


Figura 2. Proporção de obras paralisadas por UF



## Obras atrasadas

O atraso na entrega de obras pode comprometer a oferta de vagas na rede pública de educação, além de gerar risco de maior encargo financeiro. O SIMEC não informa se a obra está atrasada ou não, o que dificulta o controle social. Para contornar essa falta de transparência na prestação de informações sobre o andamento de obras, a Transparência Brasil usa o prazo de entrega, informação presente na base do SIMEC em alguns casos. Quando não há nem mesmo essa informação, a Transparência Brasil estima essa data com base no tipo de projeto, caso a obra seja de um projeto padronizado do FNDE.

Por meio de um pedido de acesso à informação, o FNDE forneceu o prazo padrão de cada tipo de obra. Ao somar o número de dias segundo esse cronograma a partir da data de assinatura do contrato, é possível obter a

---

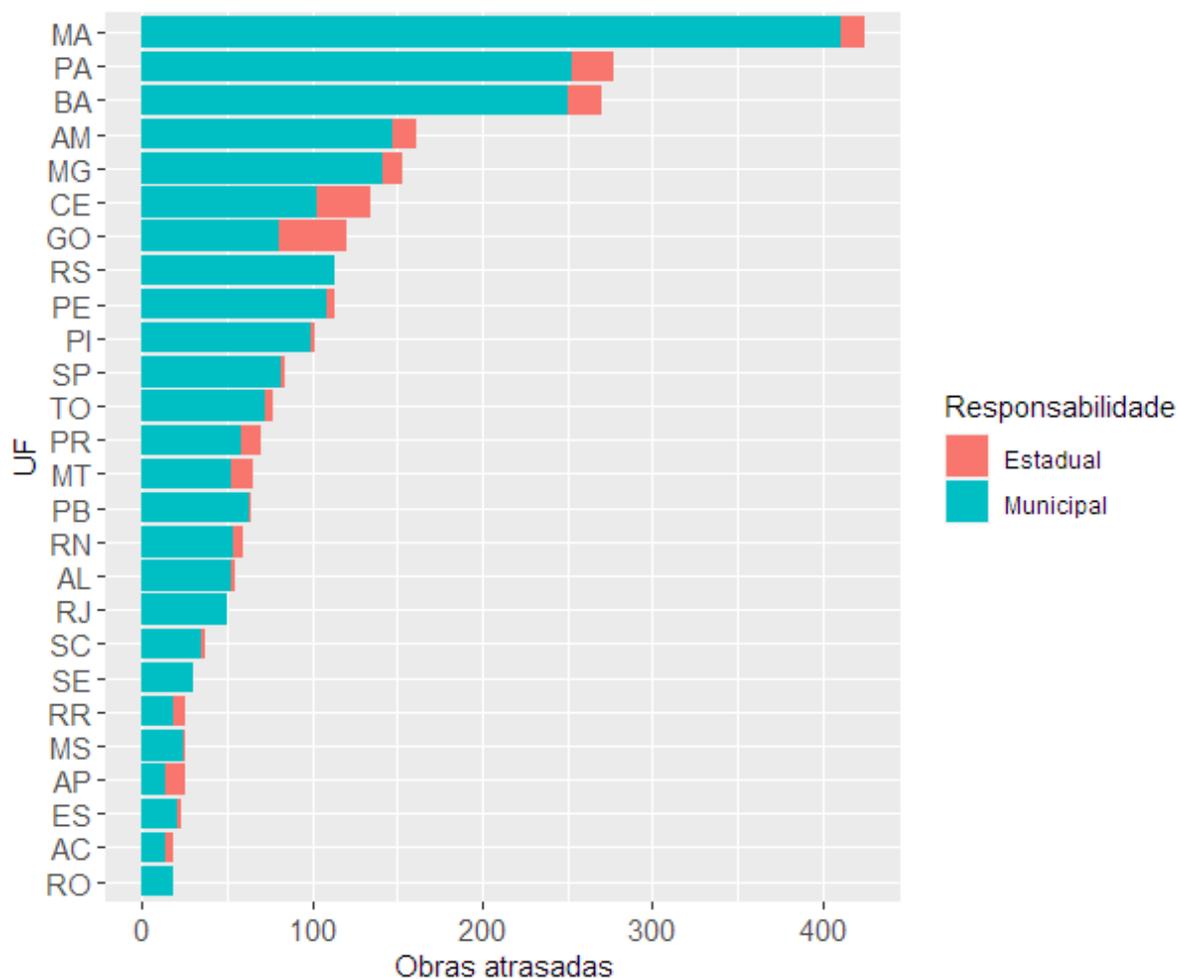
estimativa da data de finalização da obra. Há também situações em que a prefeitura informa sua própria estimativa em dias, sendo possível estimar a data final da mesma forma.

Obtendo essa estimativa, é possível identificar se cada obra está atrasada ou não. No total, **2.604 obras**, com investimento de mais de **R\$ 1,6 bilhão**, encontravam-se atrasadas. Em média, cada obra atrasada já recebeu aproximadamente R\$ 610 mil. Cumpre notar que algumas obras, apesar de atrasadas, estão em estágio avançado de conclusão, como uma escola em Rio Branco (AC) que encontra-se 91% concluída, tendo recebido mais de R\$ 1 milhão de verba federal. Entretanto, das obras atrasadas, **apenas 857 encontram-se em execução**, com as demais paralisadas ou sequer tendo começado.

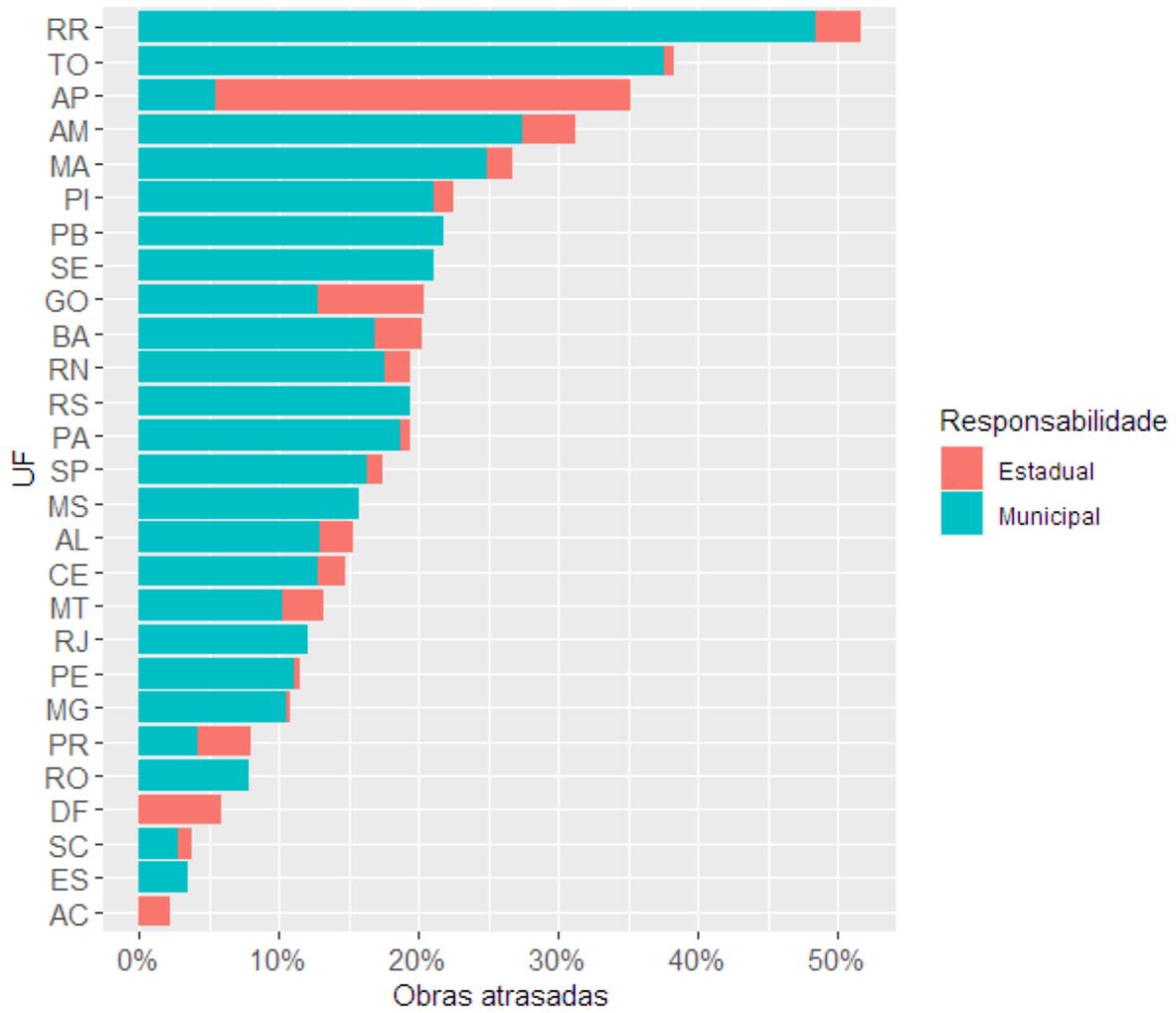
Por conta dessa convergência entre atraso e paralisação, as concentrações geográficas das obras atrasadas convergem com as obras paralisadas. Assim como antes, o Maranhão é o estado com maior concentração de obras atrasadas. A figura 3 ilustra o valor absoluto de obras atrasadas enquanto a figura 4 ilustra o valor proporcional. Apesar do alto número no Amapá, 10 das 11 obras estaduais atrasadas possuem o mesmo nome e estão localizadas na mesma cidade, apesar das IDs diferenciadas. É possível que o estado tenha realizado um projeto para cada par de salas, por exemplo, sem necessariamente indicar escolas ou creches isoladas.

Importante frisar que o atraso não é, necessariamente, decorrente de culpa das prefeituras. Por serem verbas discricionárias, os repasses do FNDE podem ser liberados com atraso, o que naturalmente afeta o pagamento dos fornecedores e, como consequência, a execução da obra.

Figura 3. Obras atrasadas por UF



**Figura 4. Obras atrasadas por UF proporcionalmente**



---

## Obras canceladas

Quando uma obra é cancelada, cabe ao ente local retornar os valores pagos pelo FNDE à autarquia federal. Para isso, é instaurado um processo administrativo no qual serão apurados os valores pagos e, após a sua conclusão, emitida a cobrança para a prefeitura ou governo do estado. Com os dados fornecidos pelo próprio FNDE, foi possível estimar quanto do valor devido já foi retornado e qual o potencial prejuízo da não-quitação dos entes subnacionais.

Das 2.573 obras canceladas, a autarquia concluiu o processo de apuração dos valores devidos de 1.146 delas. Foi constatado que 648 não receberam nenhum repasse antes do cancelamento e, portanto, não possuíam débitos com a administração federal. No entanto, foram realizados repasses para 498 obras canceladas. Dessas, foi apurado que 222 (45%) não devolveram nada ao governo federal dos R\$ 61 milhões que receberam do FNDE até o presente momento. Se essa taxa de 45% de inadimplência se mantiver para as demais 1.427 obras canceladas, que ainda serão apuradas e receberam mais de R\$ 364 milhões, o governo federal arcará com prejuízo de mais de R\$ 164 milhões. Somados aos R\$ 61 milhões, chegará a R\$ 225 milhões o montante total repassado para a execução de obras canceladas que estados e municípios não retornaram para o governo federal e cujo uso não se tem informações.

## Conclusão

O SIMEC é uma importante ferramenta de controle que possibilita acompanhar informações das obras de creches e escolas do governo federal. Desde o primeiro relatório do Tá de Pé em 2017, o sistema tem incorporado sugestões que aperfeiçoaram a transparência.

Ainda assim, há espaço para muitas melhorias, principalmente em relação à linguagem utilizada, à falta de dicionário de dados e, principalmente, à ausência de informações cruciais como, por exemplo, o repasse feito por obra (ao invés de por convênio), que dificulta a análise agregada e impossibilita análise individual do avanço dessas obras de um mesmo convênio. A falta de dados de repasses para mais de 3 mil obras também revela opacidade e falta de controle interno na gestão.

---

A análise foi feita com base em dados de dezembro de 2020 e revela um quadro já observado em 2017, com elevada quantidade de obras de creches e escolas paralisadas e/ou atrasadas. É urgente que o governo federal pare de iniciar novas obras e dê prioridade de repasses às que já foram iniciadas, evitando que novas obras se somem ao grupo das paralisadas, de forma a racionalizar a gestão de investimentos e prevenindo ainda mais prejuízos ao programa de infraestrutura escolar. Além disso, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União devem exigir a implementação dessas medidas, bem como reforçar a fiscalização dessas obras para que seus recursos sejam aplicados de maneira regular, com conclusão no prazo estabelecido.

## Anexos

[Anexo 1](#): Informações compiladas por Estado

[Anexo 2](#): Informações compiladas por municípios

[Anexo 3](#): Lista de todas as obras analisadas

### *Anexo 4. Equivalência e quantitativo por status Transparência Brasil e SIMEC*

Situação TBrasil	Situação SIMEC	Obras	Valor repassado (R\$)
em andamento	Execução	1.607	697.904.844
em andamento e já devia ter sido entregue	Execução	857	533.830.643
não iniciada	Sem informação	3	0
	Contratação	36	12.285.215
	Em Reformulação	52	7.084.996
	Execução	35	2.882.142
	Licitação	72	6.984.702
	Planejamento pelo proponente	296	21.474.035
	não iniciada e já devia ter sido entregue	Contratação	21
Em Reformulação		12	3.182.528
Execução		17	4.068.964
Licitação		1	2.429.776
Planejamento pelo proponente		7	3.352.552
obra cancelada	Obra Cancelada	2.573	513.023.978
obra concluída	Concluída	7.611	7.601.393.742
paralisada	Contratação	37	31.162.436



---

	Em Reformulação	6	1.013.597
	Inacabada	146	87.945.314
	Licitação	94	72.745.919
	Paralisada	214	136.844.156
	Contratação	11	5.224.822
	Em Reformulação	28	16.468.530
	Inacabada	1.410	809.718.624
	Licitação	1	362.767
	Paralisada	237	195.244.780
paralisada e já devia ter sido entregue	Planejamento pelo proponente	2	2.215.504

---